



A GÊNESE DO URBANO EM ALAGOAS E AS EXPRESSÕES DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

The genesis of the urban in Alagoas and the expressions of economic activities
La génesis del urbano en Alagoas y las expresiones de las actividades económicas

Paulo Rogério de Freitas Silva¹

RESUMO

O tema que escolhemos desenvolver se refere ao processo de urbanização do Sertão Alagoano, promovendo uma viagem ao longo dos cinco séculos de formação territorial desse espaço, percorrendo as regionalizações propostas para esse estado seja na condição de zonas fisiográficas ou na condição de mesorregiões. Procuramos apresentar e analisar a ordem espacial vigente do estado de Alagoas a partir do papel regulador de instituições e empresas, que desencadearam a urbanização no estado, abordando os processos determinantes que foram indutores para a gênese dos núcleos embrionários pré-existentes e a formalização destes como cidades, isto é, sedes de municípios. Expomos as condições desses lugares no cenário urbano alagoano, no que se refere a hierarquia urbana e a situação socioeconômica dos 102 lugares alagoanos.

Palavras-chave: Alagoas. Gênese. Emancipação. Urbanização.

ABSTRACT

The theme that we chose to develop refers to the urbanization process of the Alagoas backland, promoting a trip along the five centuries of territorial formation of this space, going through the regionalizations proposed for this state either in the condition of physiographic zones or in the condition of mesoregions. We sought to present and analyze the current spatial order of the state of Alagoas, based on the regulatory role of institutions and companies, which triggered urbanization in the state, addressing the determinant processes that were inducers for the genesis of preexisting embryonic nuclei and the formalization of these as cities, ie, municipalities. We show the conditions of these places in the Alagoan urban scenario, regarding the urban hierarchy and the socioeconomic situation of the 102 places in Alagoas.

Keywords: Alagoas; genesis; emancipation; urbanization.

RESUMEN

El tema que escogemos desarrollar se refiere al proceso de urbanización del Agreste Alagoano, promoviendo un viaje al largo de los cinco siglos de formación territorial de ese espacio, recorriendo las regionalizaciones propuestas para ese estado sea en la condición de zonas fisiográficas o en la condición de media región. Buscamos presentar y analizar la orden espacial vigente del estado de Alagoas a partir del papel regulador de instituciones y empresas, que desencadenaron la urbanización en el estado, abordando los procesos determinantes que fueron incitantes para la génesis de los núcleos embrionarios preexistentes y la formalización de estos como ciudades, es decir, sedes de municipios. Presentamos las condiciones de esos lugares en el escenario urbano alagoano, en el que se refiere la jerarquía urbana y la situación socioeconómica de los 102 lugares alagoanos.

Palabras clave: Alagoas; génesis; emancipación; urbanización.

¹ Professor do Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente – IGDEMA da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, onde coordena o Laboratório de Estudos Regionais - LER. Email: paulgeografia@gmail.com

INTRODUÇÃO

Iniciamos destacando que na perspectiva de refletirmos a urbanização do Sertão do Nordeste brasileiro, num ensaio em que buscamos também apreendermos os alicerces do Estado de Alagoas, nos amparamos para conjecturar tal fenômeno, na sugestão de ordem espacial, aspirando entender as ações humanas que intervêm na ordem espacial vigente em Alagoas e no Nordeste brasileiro. *Ordem espacial* que Santos & Silveira, (2008, p.289), se referem ao espaço explicado pelo seu uso.

Acreditamos que conforme propõem Santos & Silveira, (2008, p.289), sendo, o (...) espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, [...]. Trata-se de caracterizar uma situação na qual, em cada área, os objetos tendem a exercer certas funções e os respectivos processos são, em grande parte, submetidos ao papel regulador de instituições e empresas. Assim, acreditamos que esse papel regulador aqui proposto como teoria, tenha influenciado a urbanização das Alagoas na prática.

Por isso estamos propondo pensar o nosso tema como uma ordem espacial vigente no estado de Alagoas a partir do papel regulador de instituições e empresas, que desencadeou a urbanização no estado entre os séculos XVI e XXI.

Partimos das ideias de Santos (2005, p. 9), para definir essa urbanização como um processo que alcançou neste século, a sociedade e o território, depois de um longo período de urbanização seletiva tanto social (como estilo de vida) como territorial (a partir da concentração demográfica nas cidades em detrimento do campo ou do rural). Urbanização como um processo onde a residência dos trabalhadores, inclusive os trabalhadores agrícolas, é cada vez mais urbana e que o turbilhão demográfico e a terceirização são fatos notáveis.

Sendo assim, destacamos que amparados nessa dinâmica da urbanização, propomos uma discussão para refletir a urbanização do sertão nordestino a partir do estado de Alagoas, considerando inicialmente duas perguntas: o que é o sertão e o sertão nordestino?

Amparados em Ribeiro (1995, p. 339), descrevemos que,

Para além da faixa nordestina das terras frescas e férteis do massapé, com rica cobertura florestal, onde se implantaram os engenhos de açúcar, desdobram-se as terras de uma outra área ecológica. Começam pela orla descontínua ainda úmida do agreste e prosseguem com as enormes extensões semi-áridas das caatingas. Mas além, penetrando já o Brasil Central, se elevam em planalto como campos cerrados que se estendem por milhares de léguas quadradas.

Dessa forma, auxiliados por Ribeiro (1995), intuímos que o sertão é muito mais que o polígono das secas, muito mais que a faixa semiárida e muito mais do que as mesorregiões que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE propõe. Para alguns pensadores, o sertão é tudo além do litoral, é todo o interior.



Ao observarmos o mapa 1, verificamos a organização territorial da macrorregião Nordeste, onde é possível visualizar a configuração do estado de Alagoas, no que se refere à sua dimensão territorial e as suas mesorregiões, verificando que no mesmo se distribuem 26 municípios na mesorregião do Sertão Alagoano, 24 municípios na mesorregião do Agreste Alagoano e, 52 municípios na mesorregião do Leste Alagoano.

Se relacionarmos com os estados de Pernambuco e Bahia, por exemplo, que possui 122 municípios e 265 municípios, respectivamente definidos no semiárido, verificamos que o semiárido alagoano tem uma dimensão territorial menor, pois do conjunto de seis 102 municípios alagoanos, 38 municipalidades estão inseridas no semiárido ou no polígono das secas, sendo que 26 estão localizadas na mesorregião do Sertão alagoano e 12 estão localizadas na mesorregião do Agreste alagoano, considerando os critérios técnicos que delimitam o semiárido brasileiro.

Destacamos que metodologicamente, para entendermos essa urbanização e a ordem espacial vigente nas Alagoas, nos reportamos inicialmente à gênese dos núcleos embrionários pré-existent, difundindo os processos determinantes para essa gênese e também para o acometimento de letargia e/ou impulsão, buscando demonstrar como se processaram, posteriormente, as emancipações políticas municipais isto é, a formação territorial do estado de Alagoas, no que se refere a atual configuração com seus 102 municípios e cidades, distribuídos nas três mesorregiões, com impulsos que são definidos pela condição natural e econômica de cada uma delas.

Mapa 1: O estado de Alagoas no contexto regional nordestino.



Fonte: SILVA, Aline Neves & SILVA, Paulo Rogério de Freitas. Relatório Final PIBIC - UFAL 2015-2016.

Então, justificamos que um aspecto que estimulou também a elaboração desse texto se refere às questões que envolvem o equívoco teórico metodológico sobre como investigar a origem dos lugares, isto é, a criação urbana, nas palavras de Santos, (1995, p. 22, quando este autor se refere, as primeiras “cidades” brasileiras e; por outro ponto de vista, a questão que envolve emancipação política municipal, como uma Emenda Constitucional número 15 de 1996, modificando o artigo 18 da Constituição Federal de 1988 que trata de criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, como um ato administrativo/político.

Estes dois temas são invariavelmente acometidos de equívocos teóricos metodológicos como se as cidades, que na perspectiva do IBGE são sedes municipais, tenham surgido automaticamente obtendo instantaneamente essa condição de sede municipal. Destacamos que, dependendo dos fatores determinantes que processem essa origem ou criação urbana e que intervenha no íntimo desse núcleo, esse possa ou não se tornar povoados, vilas e até cidades, pois não são todos os núcleos embrionários que instituem a essência urbana em seu interior ou que produzem um espaço urbano; espaço urbano aqui empregado no ponto de vista de Corrêa (1989).

Destacamos, então, que os lugares surgem ou são criados numa perspectiva de serem acometidos por uma eterna letargia ou por uma impulsão e isto não tem como antecipar, pois, os acometimentos apropriados, através da história, é que lhes possibilitarão a probabilidade de emancipação política municipal ou não. E é esse o enredo que incentiva pensar e entender os lugares, que surgem e/ou são criados e que tem o seu próprio percurso estabelecido, seguindo a influência de processos determinantes espontâneos e induzidos e que produzem a urbanização.

Acrescentamos que essa discussão está amparada na proposta teórica de Corrêa (2001, p.95), ao se referir à complexidade genética do urbano, mencionando a rede urbana brasileira como constituída por um conjunto de centros datados de diversos momentos. Recorremos também a concepção de Santos (2005, p. 22), quando este destaca que no Brasil o processo pretérito de criação urbana pode ser definido como de geração de cidades, que mesmo de um processo de urbanização. De modo inclusivo, Santos (1995, p. 19 e 20), destaca que:

No começo, a “cidade” era bem mais que uma emanção do poder longínquo, uma vontade de marcar presença num país distante. Mas é temerário dizer, como o fez Bert Hoselitz (1960) para toda a América latina, que a cidade cresceu aqui como “flor exótica”, pois sua evolução vai depender da conjunção de fatores políticos e econômicos, e o próprio desenho urbano, importado da Europa, vai ser modificado.

Ao mesmo tempo, Santos & Silveira (2008, p, 31), destacam que no Brasil: “Relacionadas com as demandas do exterior, formam-se zonas econômicas e criam-se famílias e gerações de cidades testemunhando uma sucessão de divisões territoriais do trabalho fundadas em graus diversos de tecnificação.”

A URBANIZAÇÃO NO ESTADO DE ALAGOAS

Inicialmente destacamos que para tratar da formação do urbano em Alagoas é obrigatório recuar aos séculos XVI e XVII, quando surgem pioneiramente, segundo Lindoso (2000), Penedo em 1570, nas margens do rio São Francisco, Porto Calvo em 1590, no Norte do atual estado de Alagoas e; Alagoas em 1611, hoje Marechal Deodoro, no centro do atual estado de Alagoas, todas na zona da mata, mesorregião Leste. Sendo que o atual estado de Alagoas era parte da capitania de Pernambuco e a localização desses polos de colonização era estratégica no sul da capitania, na busca de impedir a invasão principalmente dos holandeses.

Baseados em Reis Filho (1968, p. 96), destacamos que as vilas eram quase todas fundadas pelos donatários das capitanias e as cidades eram quase todas fundadas pela coroa. Diferença baseada na ordem de criação relacionada também ao status. Então o que posso antecipar é que os três polos pioneiros de colonização no que se refere ao atual território alagoano foram instalados pelos donatários e que somente por outras ações impulsionadoras foram alçadas a condição de cidades. No período em foco, nenhum centro urbano em Alagoas teve sua gênese induzida pela coroa, diferentemente de Olinda e Salvador.

Estes lugares, ao longo de seu percurso, foram acometidos de impulsão e posteriormente de repulsão e hoje são cidades, mas perderam *status* pioneiros e até condição de capital, a exemplo de Marechal Deodoro, que foi a primeira capital de Alagoas, com o nome de Alagoas e antes de Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul, assim como outros pequenos núcleos embrionários pré-existentes, permaneceram letárgicos a exemplo de Santa Luzia do Norte, hoje, cidade dormitório da Região Metropolitana de Maceió.

Nessa perspectiva, nos amparamos em Santos (2005, p. 22) quando se refere às cidades do período colonial, que avultaram, o que nos confere o uso desse termo como sinônimo de acometimento de impulso e nova lógica ao processo para justificar o estudo de impulsão ou de letargia de alguns lugares alagoanos aqui em debate no período colonial.

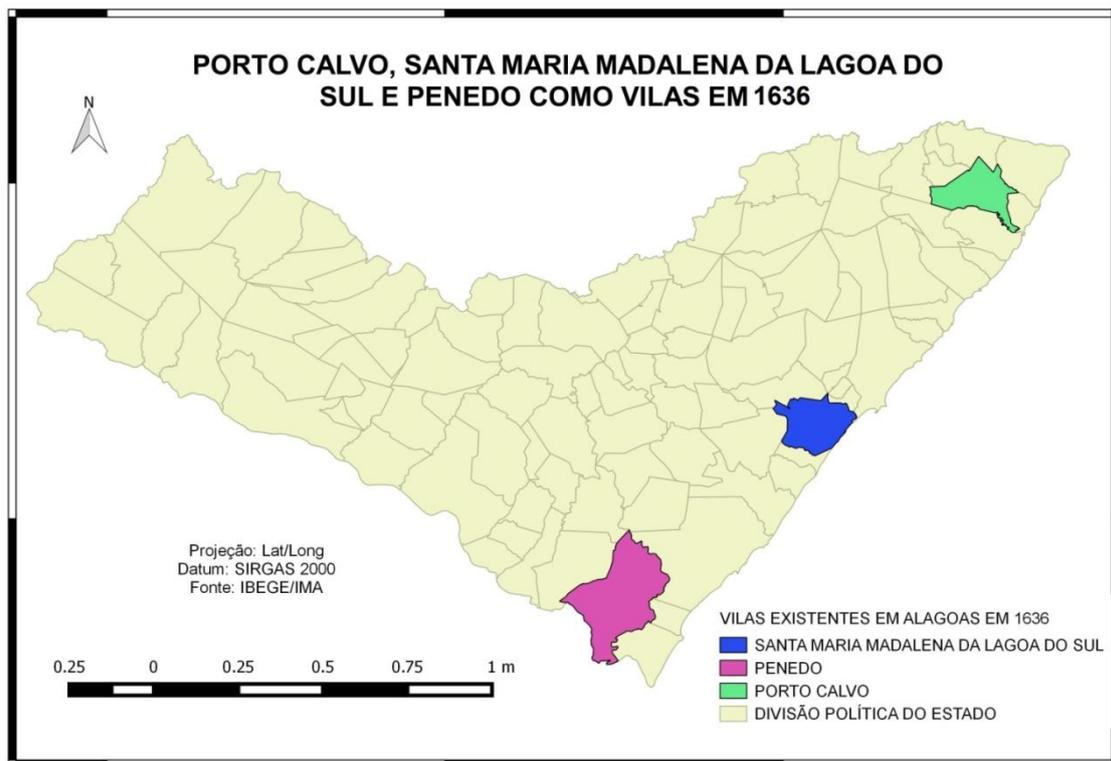
Destacamos também que as emancipações política desses lugares pioneiros ocorreram na condição de vilas como sedes municipais, pois no Brasil colonial e imperial as vilas podiam também ser sedes de municípios (visualizar o Mapa 2). Foi somente a partir do Decreto Lei nº 311, de 02 de março de 1937, que se decreta que a sede do município tem categoria de cidade e lhe dá o nome.

Nesse interim, destacamos também o rio São Francisco e os municípios que o rio margeia nas bordas das três mesorregiões e a importância que este rio teve no processo de urbanização do estado de Alagoas, tais como, Piaçabuçu, Penedo, Igreja Nova, Porto Real do Colégio localizados na Mesorregião do Leste Alagoano; São Braz e Traipu no Agreste Alagoano; Belo Monte, Pão de Açúcar, Piranhas, Olho D'água do Casado e Delmiro Gouveia no Sertão Alagoano.

Assinalamos que no passado os rios eram as estradas e o rio São Francisco, era uma dessas importantes estradas. Por isso a importância da localização de Penedo, próximo a sua foz, que lhe possibilitou destaque no cenário local ao longo dos séculos, XVII, XVIII e XIX e início do século XX, pois, tudo convergia para Penedo vindo do Sertão e de lá se exportava para Recife e Salvador. Penedo era a capital de todo o Sertão, pois o que não era praia, isto é, inclusive áreas da zona da mata, do agreste era definido como o Sertão. A importância desse centro urbano termina com a construção das rodovias e principalmente com a construção de pontes sobre o rio, tal como, a que interliga a cidade de Porto Real do Colégio do lado alagoano, a Propriá no lado sergipano.

Nessa perspectiva é importante ressaltar que em Alagoas, há lugares que surgiram ou foram implantados muito antes de cidades que hoje são importantes na rede urbana do Nordeste brasileiro, o que nos leva a crer que algumas forças condenaram esses lugares a letargia.

Mapa 2: Pioneiras emancipações políticas das Alagoas.



Fonte: ARAÚJO, Kássia Karina S. de & SILVA, Paulo Rogério de Freitas. Relatório Final PIBIC - UFAL 2013-2014.

Podemos nos referir também, a importância das lagoas que se distribuem no estado, pois, por exemplo, a pequena cidade de Pilar, que hoje compõe a Região Metropolitana de Maceió, foi no passado um lugar de grande importância, pois sua localização estratégica, as margens da Lagoa Manguaba a tornava um centro de escoamento da produção açucareira a partir dos rios Santo Antônio e Mundaú. De Pilar através da Lagoa

Manguaba se alcançava o porto de Jaraguá ao longo dos séculos XVIII e XIX, e estes barcos ao realizarem o percurso inverso faziam com outras mercadorias, como bacalhau, tecidos, etc., que subiam pelas picadas e rios, alcançando os mais longínquos lugares e fazendas. A situação atual de Pilar é de letargia, reverenciada por um passado abundante, cheio de história. Entendemos que esses lugares, quando as técnicas evoluem perdem sua importância e são substituídos por outros lugares.

Destacamos também que esses lugares pioneiros das Alagoas foram acometidos de certa impulsão no processo inicial de suas formações, que podemos considerar como proporcionadora de formação de um núcleo embrionário pré-existente isto é, de um arruamento que possibilitou que os mesmos se constituíssem em povoados, freguesias, vilas, cidades, porém, muitos, após o acometimento de modernidade em uma época específica, entraram num processo de letargia se transformando em pequenas sedes de municípios, verdadeiras cidades dormitórias, a exemplos de Santa Luzia do Norte, Satuba, Rio Largo, na Região Metropolitana de Maceió, entre outros, permanecendo como simples arruamentos ou como pequenos burgos ou cidades letárgicas.

Sendo assim, buscando desenvolver o tema proposto de forma sequencial e lógica, elaboramos a seguinte pergunta: como se processou ao longo dos cinco séculos de ocupação efetiva do Brasil a urbanização no estado de Alagoas? Procurando responder à pergunta formulada, conduzimos a nossa discussão nas seguintes partes: Na parte 1 nos referimos à origem dos lugares de Alagoas, correlacionando aos processos determinantes e suas emancipações políticas municipais. Na parte 2 demonstramos o que há de novo no “velho” sertão e; como os espaços sertanejos se articulam às dinâmicas contemporâneas.

A ORIGEM DOS LUGARES E AS EMANCIPAÇÕES POLÍTICAS MUNICIPAIS

Destacamos inicialmente, que o surgimento ou o avultamento dos primeiros lugares alagoanos se processou acompanhando a seguinte conexão: no que se refere à gênese nos séculos XVI e XVII, verificamos que dos treze lugares que surgem, doze nascem na mesorregião do Leste Alagoano, sendo eles, Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul (Marechal Deodoro), Porto Calvo, Penedo, Maceió, Santa Luzia do Norte, São Miguel dos Campos, Feliz Deserto, Piaçabuçu, Jacuípe, Matriz de Camaragibe, Passo de Camaragibe e Porto Real do Colégio e, apenas um na Mesorregião do Sertão, sendo ele Pão de Açúcar e nenhum no atual Agreste.

Fazendo uma correlação com Reis Filho, (1968, p. 73), ao afirmar, “(...) que até meados do século XVII, Portugal aplica no Brasil uma política urbanizadora que consistia em estimular, indiretamente, a formação de vilas nos territórios pertencentes aos donatários e as expensas desses, reservando-se as tarefas correspondentes à fundação, em seu território, de cidades com funções de centros de controle regional”, podemos pontuar que a gênese dos pioneiros lugares de Alagoas estão correlacionadas a esse incentivo, já

que Reis Filho, (1968, p. 73), se remete a capitania de Pernambuco, para tratar desse questão, fica entendido que podemos aplicar essa reflexão para a atual Alagoas, já que , o atual território do estado de Alagoas era o sul da Capitania de Pernambuco desde 1534². Em 1706 essa área passa a ter o *status* político definido de comarca e em 1817 a comarca de Alagoas se emancipa como Capitania (Carvalho, 2015 p.146).

Novamente amparados em Reis Filho, (1968, p. 79), destacamos que a primeira etapa de mais intensa urbanização no Brasil ocorreu entre 1530 e 1570 correspondendo à instalação do regime das capitanias e a fundação de São Vicente em 1532. Esse período corresponde ao de instalação das Capitanias Hereditárias da costa Leste e nesse momento brotam, Penedo, Porto Calvo e Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul, conforme as datas expostas anteriormente.

A segunda etapa estaria compreendida entre 1580 e 1640 os anos de domínio espanhol e Governo dos Felipes e, na terceira etapa entre 1650 e 1720 o autor destaca que as condições de vida em Portugal favoreceram o aumento da imigração para o Brasil em conjunto com a descoberta do ouro. Nessa terceira etapa o autor classifica que entre 1690 e 1700 ocorre uma intensa a urbanização no Brasil. Para Alagoas, temos o exemplo da gênese de Porto Real do Colégio (no Leste alagoano e as margens do rio São Francisco), que contém a sua gênese em meados do século XVII, pelos Jesuítas, que nesse lugar principiaram a construir um convento com um colégio para cumprir sua missão, ensinando língua e religião aos nativos.

Nesse interim na busca de reconstituir esse processo de urbanização em Alagoas, nos amparamos em Freyre, (2006, p. 36), quando este exalta que,

A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o banguê, a rede, o cavalo); de religião [...]”. O mesmo completa que “A história social da casa-grande é a história íntima de quase todo brasileiro [...].

Santos & Silveira (2008, p. 32) ressaltam que “A cultura da cana-de-açúcar, baseada no desmatamento da floresta, ajuda a fundar uma série de pequenos centros na Zona da Mata nordestina e no Recôncavo Baiano.” E se remetem aos engenhos como responsáveis pela escravidão de africanos nessas terras e como manifestação precoce da mecanização”.

Andrade (1995), se referindo ao Nordeste semiárido destaca que se formou uma sociedade pecuarista dominada por grandes latifúndios cujos detentores quase sempre viviam em Olinda ou Salvador.

²A fim de correlacionar o processo de urbanização com à divisão política do Brasil ao longo de sua história, adiantamos, baseados em FAUSTO, (2003, p. 43), que a primeira forma de divisão denominada de Capitanias Hereditárias, foi instalada no início da colonização, no Governo de Dom João III, havendo indícios de que foi no princípio da década de 1530. No que se refere às Províncias, o segundo modelo de divisão do Brasil, ainda baseados em FAUSTO, (2003, p. 151), colocamos que estas foram criadas com a Constituição de 1824, após a Proclamação da independência do Brasil. No que se referem aos estados, segundo OLIVEIRA (2003, p. 114), estes nasceram com a constituição de 1891, após a proclamação da República, que ocorreu em 1889 quando as províncias passam a ser assim denominadas.

Essa configuração delineada explica porque tão pouco os lugares surgidos na área do sertão, já que como elencamos, somente Pão de Açúcar surge a partir da implantação de uma fazenda de gado em 1660 e se tornou vila em 1854.

Contribuindo com essa discussão, Rego (1936, p. 141), se refere às razões pelas quais a ação pernambucana para o interior teve tão pouca envergadura ao destacar que: “O papel povoador de Pernambuco, estritamente ligado à defesa contra o invasor vindo de leste, mais litorâneo, consistiu na ocupação da costa até a barra do Parnahyba”.

Buscando aprofundar a discussão atentamos ainda, baseados em Carvalho (2015, p.12) que,

Na segunda metade do século XVI, com os índios derrotados e afastados do litoral, puderam os portugueses descer até a foz do rio São Francisco, e, mais tarde, fundar os três primeiros núcleos urbanos de Alagoas – Porto Calvo, Alagoas do Sul (atual cidade de Marechal Deodoro) e Penedo.

Exaltamos aqui que o rio São Francisco era a fronteira, com a capitania da Bahia e que quando Carvalho (2015) utiliza o termo descer até a foz está se referindo a partir de Olinda que era a sede da capitania. O mesmo acrescenta que os dois principais elementos produtivos desse período foram instalados como estruturadores da colônia, assim se referindo: os primeiros engenhos de açúcar, todos localizados na faixa litorânea; e o rebanho bovino, formador das fazendas de gado que ocuparam o interior.

Ainda Carvalho (2015, p. 13), destaca que,

Na Parte Norte, os engenhos vão se estabelecendo próximo aos rios que desembocam no litoral. Ao lado da cana, a pecuária espalhava-se pelos vales dos rios litorâneos da zona da mata, avançando, depois, pelas margens do São Francisco. Na parte sul, a principal atividade econômica foi à criação de animais, seguida da produção de farinha de mandioca e outros produtos alimentícios, destinados a abastecer o maior núcleo urbano da capitania e os engenhos, localizados em torno de Recife e Olinda.

Essa citação colabora com a proposta de gênese de Pão de Açúcar, as margens do rio São Francisco, Sertão alagoano como de formação pioneira nos séculos XVI e XVII. Quem também coopera com essa discussão é Rego (1936, p. 139), quando este destaca que:

Duas razões fizeram que as vistas se voltassem para o São Francisco: os terrenos adequados à criação do gado e o interesse que mostraram em se estabelecer em novas terras homens enérgicos mas desprovidos dos recursos indispensáveis à lavoura da cana e à manufatura do açúcar.

Essas razões promovem uma nova configuração para os territórios pioneiros que Cunha, (2016, p. 37-38), define como região ignota, pois o mesmo ao se referir aos “desbravadores” (termo cunhado por nós) expõe que:

Apenas naquele último rumo se avantajou uma vila secular, Jeremoabo, balizando o máximo esforço de penetração em tais lugares, evitados sempre pelas vagas humanas, que vinham do litoral baiano procurando o interior.

Uma ou outra o cortou, rápida, fugindo, sem deixar traços. Nenhuma lá se fixou. Não se podia fixar. O estranho território, a menos de quarenta léguas da antiga metrópole, destinava-se a atravessar absolutamente esquecido os quatrocentos anos da nossa história. Porque enquanto as bandeiras do sul lhe paravam à beira e envesgando, depois, pelos flancos da Itiúba, se lançavam para Pernambuco e Piauí até ao Maranhão, as do levante, repelidas pela barreira intransponível de Paulo Afonso, iam procurar no Paraguaçu e rios que lhe demoram ao sul, linhas de acesso mais praticáveis. Deixavam-no de permeio, inabordável, ignoto.

Dessa forma, é possível propor que o vazio urbano do sertão alagoano e a pequena quantidade de lugares ali surgidos nos primeiros séculos da colonização, seja parte dessa região descrita por Euclides da Cunha.

Com relação à gênese dos lugares no século XVIII, atestamos que seis lugares surgiram no Leste alagoano, quatro no Agreste e quatro no Sertão, totalizando catorze novos núcleos urbanos.

Nesse período constatamos que a pecuária é considerada como determinante na interiorização da gênese urbana em Alagoas, pois temos os exemplos de Mata Grande que teve o povoamento do núcleo que deu origem à atual cidade de Mata Grande através de uma fazenda de gado instalada por João Gonçalves Teixeira; Água Branca que tem sua gênese provavelmente, datada de meados do século XVIII, já que a igreja de Nossa Senhora do Rosário erguida em 1770 é considerada à primeira construção naquela área do extremo sertão, impulsionada pela exploração agrícola e pecuária, já que, como um verdadeiro oásis no meio do Sertão, o povoado logo se desenvolveu através do ciclo do couro, da pele, da carne de sol, definida principalmente pela sua localização geográfica privilegiada pela atitude e; Piranhas, denominada inicialmente de Tapera, localizada as margens do rio São Francisco, quando constatamos que o pioneiro arraial data do século XVIII, quando na região predominavam duas famílias: os Feitosa e os Alves.

Quem colabora com essa proposta é Santos, (2005, p. 21-22) quando afirma que:

De modo geral, porém, é a partir do século XVIII que a urbanização se desenvolve e “a casa da cidade torna-se a residência mais importante do fazendeiro ou do senhor do engenho, que só vai a sua propriedade rural no momento do corte e da moenda da cana”. Mas foi necessário ainda mais um século para que a urbanização atingisse sua maturidade, no século XIX, e ainda mais um século para adquirir as características com as quais conhecemos hoje.

Com relação a gênese urbana nas Alagoas do século XIX, atestamos que 23 atuais sedes de municípios surgiram na mesorregião do Leste, 10 no Sertão e 12 no Agreste, totalizando novos 45 lugares no atual território estadual.

Ressaltamos aqui que a gênese de Arapiraca, o segundo município mais importante do Estado na atualidade ocorre somente no século XIX, mais precisamente no ano de 1848 e que nesse século, os processos determinantes da gênese urbana alagoana continuam sendo os mesmos, isto é, o conjunto de ações ligadas à produção canavieira e a agropecuária. Porém a produção de fumo vai impulsionar a economia do Agreste a partir da década de 1950, isto é, meados do século XX, alterando uma configuração predominante no que se refere a dependência da produção açucareira e a pecuária.

Referente à gênese urbana do século XX, observamos que nove lugares surgem na mesorregião do Leste alagoano, seis no Agreste e dez no Sertão, demonstrando que é a partir do século XIX e do XX principalmente que a maior parte dos lugares no Sertão surge, sempre relacionando aos processos determinantes elencados anteriormente.

Nos antecipamos propondo que a complexidade genética do urbano dos 102 lugares que são sedes de municípios em Alagoas, isto é, cidades, estão correlacionados aos propósitos da divisão internacional do trabalho que proporcionou essas gêneses já que a cana de açúcar promoveu transformações dessas terras como parte do espaço nacional de produção.

Também, o tempo da própria formação sócio espacial nacional e/ou regional impeliram o avanço para o interior, isto é, para o Agreste e Sertão, a partir de outras atividades.

Rego, (1936, p. 178) ressalta que: “Os núcleos actuaes de população, arraiaes, villas e cidades, derivam quase todos dos primeiros estabelecimentos, antigas aldeias de selvicolas em posições recomendáveis para a defesa.”.

Para Macedo (1952, p. 1),

No trânsito de tropas e boiadas que demandavam as margens do rio, onde os núcleos humanos nasciam numa consequência lógica da presença de água e de solos férteis, desbravaram-se os sertões vinculando através dos trilhos e picadas a vida econômica e primevas de seus habitantes, mantida principalmente à base do comercio do ouro, da carne, do couro e do sal.

Então, no atual Sertão alagoano, nos séculos XVI e XVII surge apenas 01 dos lugares que se tornaram sedes dos atuais 102 municípios alagoanos; no século XVIII surgem 04; no século XIX surgem 11 e; no século XX surgem 10, totalizando as 26 sedes municipais sertanejas.

Desses lugares, o primeiro que se emancipa no Sertão é Mata Grande em 1837, seguido de Pão de Açúcar em 1854, Água Branca e Santana do Ipanema em 1875, Piranhas em 1887 e os demais todos no século XX. Essas informações comprovam a existência de lugares antigos nas Alagoas, porém hoje letárgicos.

A CONDIÇÃO DESSES LUGARES NO CENÁRIO URBANO ALAGOANO

A partir da apresentação do processo de formação territorial alagoano que evidencia que a gênese urbana se processa em maior número inicialmente no Litoral em detrimento do Sertão ou do Agreste, verificamos que na década de 1960, segundo Corrêa, (1992), tem-se um grande número de pequenas cidades na zona litorânea e de outro, nas zonas Agreste e Sertão, um maior número de cidades importantes, contradizendo o processo de gênese que foram em maior quantidade no Litoral.

Destacamos baseados em Gomes, (2001), que Alagoas tem uma economia definida como economia sem produção, com localidades que quase não produzem para a geração de riquezas. Cenário que demanda determinadas reflexões para o seu entendimento diferenciado.

Carvalho, (2014, p. 32), menciona que as pequenas localidades são ex-distritos que se emanciparam, mas que nunca perderam a condição de região dependente da antiga sede municipal. Mesmo juntos os dez municípios com menor PIB nessa classificação, tais como, Pindoba, Mar Vermelho, Palestina, Olho d'Água Grande, Belém, Tanque d'Arca Coqueiro Seco, Minador do Negrão, Jundiá e Paulo Jacinto tem uma economia inferior que alguns bairros da capital, a exemplo de Jacintinho, sendo que destes, sete municípios estão localizados no Agreste, dois no Leste alagoano e um no Sertão.

Verificamos em Araújo, Gomes e Santos Filho (2013, p. 71 e 72), que:

A situação recente da economia alagoana e, portanto dos 102 Municípios que na contemporaneidade compõe o Estado, está diretamente relacionada à formação econômica do Brasil nos séculos XVI e XVII, através da empresa agrícola exportadora. Fortemente dependentes de recursos federais e do setor público.

Também, Araújo Gomes e Santos Filho (2013), atestam que os municípios do Sertão alagoano são caracterizados como economias sem produção em função da ausência de atividade industrial e agropecuária. Os municípios quase não têm dinâmica econômica já que a produção de bens é muito reduzida e os mesmos são dependentes da renda dos aposentados e dos repasses do fundo de participação dos municípios por não haver capacidade e arrecadação própria. Os aposentados representam uma classe média no Sertão e os funcionários públicos pagos com a receita do fundo de participação dos municípios são os detentores de renda, gerando um comércio local. Ao se referirem aos municípios do Agreste e do Leste alagoano, os mesmos atestam que os programas de assistência social se combinaram com a produção agropecuária, alcançando nível razoável de renda.

Atestamos baseado em Corrêa, (1992), que na década de 1960, Palmeira dos Índios localizado no Agreste alagoano, era a principal cidade do interior e em conjunto com Santana do Ipanema no Sertão, eram consideradas como centros regionais. Porém, Arapiraca se destaca atualmente, pois, vem diminuindo a sua

dependência do setor primário, se pautando também no setor de serviços, sendo o principal polo do Agreste e do interior alagoano. Esse lugar pela importância de sua centralidade, como nó de entroncamento de rodovias e pela produção fumageira ao longo do século XX, mudou o eixo dos serviços no interior do Estado de Alagoas e mesmo com a queda da importância da produção de fumo, esse lugar oferece serviços de média e alta complexidade, acendendo a centro regional, uma vez que, deixou de depender de atividades exclusivas ligadas ao setor primário, passando a ser um centro de serviços.

Destacamos também, segundo Carvalho, (2014, p.16), que em Alagoas o poder público é o grande empregador, o número de funcionários públicos nas prefeituras de Alagoas alcançou 115.000 no ano de 2013. É um contingente que perde apenas para os trabalhadores do setor de serviços e do comércio e para os beneficiários da previdência.

Acrescentamos também baseados em Carvalho, (2014, p. 74) que: “Sem os programas estatais os municípios de Alagoas não teriam movimento comercial; o quadro de miséria seria muito maior e a tensão social e a violência seriam explosivas.”.

Por outro lado, avultamos que os municípios com maiores PIB's do estado são: Maceió, Arapiraca, Marechal Deodoro, São Miguel dos Campos, Coruripe, Rio Largo, União dos Palmares, Palmeira dos Índios, Penedo e Delmiro Gouveia, estando sete destes localizados no litoral, dois do agreste e um do sertão. Destes municípios, três deles, Maceió, Rio Largo e Marechal Deodoro, compõem a Região Metropolitana de Maceió, o que favorece a Marechal Deodoro e Rio Largo, pois se tornam municípios “amortecedores”, seja com relação à instalação de equipamentos públicos e privados, assim como, de assentamento de famílias, inclusive com a construção de conjuntos habitacionais, em consequência do processo de conurbação com Maceió.

A estimativa do IBGE de 2015 aponta que Alagoas concentra 3.340.932 habitantes, sendo que em Maceió residem 1.013.773 habitantes e em Arapiraca 231.053 habitantes. Dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010 apontam que de 3.120.494, 2.297.860 são urbanos e 822.634 rurais.

Para entender essa estrutura demográfica nos amparamos em Carvalho (2014, p. 17), quando este ressalta que:

O processo de urbanização em Alagoas não foi realizado pela atração das oportunidades das novas empresas e, por isso, esse aumento espetacular da população nas cidades fez crescer dois setores urbanos distintos. O primeiro é o da economia informal, principalmente na área de serviços e comércio, concentrada nos bairros periféricos da capital e nas cidades do interior. A economia informal emprega ou dá ocupação a dois de cada três trabalhadores urbanos em Alagoas. O segundo é a parcela marginalizada, a população que sobrevive de atividades irregulares, como a que está concentrada nos quase 300 aglomerados subnormais da capital.

Explicamos que o cenário se apresenta assim porque a população cresceu muito nas últimas três décadas, trazendo com isso todos os problemas próprios da urbanização acelerada em regiões subdesenvolvidas. A ausência de um forte processo industrial, a inexistência de um setor comercial e de serviços dinâmicos, assim como a fragilidade da máquina pública inviabilizaram o surgimento tanto de uma classe operária expressiva como de uma classe média numericamente representativa. (Carvalho, 2014, p. 16).

Conforme Assis, Alves & Nascimento (2007), Maceió, localizado no Leste Alagoano é o centro metropolitano; seguido de Arapiraca, no Agreste Alagoano, como centro regional; e de Palmeira dos Índios localizado no Agreste Alagoano e Santana do Ipanema no Sertão Alagoano, Penedo no Leste Alagoano, como centros zonais; União dos Palmares, Viçosa e Porto Calvo, todos no Leste Alagoano, são centros subzonais; e Pão de Açúcar no Sertão Alagoano e São Miguel dos Campos no Leste Alagoano como centros locais.

Destacamos que Maceió é polo atrativo, tanto como centro comercial, como também como centro prestador de serviços, em especial na área de saúde e educação. Tal fato gera fluxo de pessoas, como também uma convergência de interesses políticos-institucionais dos municípios que compõem a região metropolitana e o estado de Alagoas. (Silva, 2017, p. 235).

No que se refere a hierarquia dos municípios alagoanos segundo o REGIC (2007), apontamos que Maceió é considerado como Capital Regional A, seguida como Capital Regional C: Arapiraca (AL); Centro Sub-regional B: Santana de Ipanema (AL); Centros de Zona A: Palmeira dos Índios, Penedo, São Miguel dos Campos e União dos Palmares (AL); Centros de Zona B: Batalha, Delmiro Gouveia, Olho d'Água das Flores, Pão de Açúcar e Ponto Calvo (AL).

Observa-se que os três municípios com maior número de vínculos se destacam como centros das três mesorregiões – Leste Alagoano, Agreste Alagoano e Sertão Alagoano, sucessivamente, e estabelecem um eixo no sentido da penetração no território alagoano na direção litoral – interior, seguidos de municípios distribuídos nas três mesorregiões, com destaque para o Leste, o que demonstra alteração com relação à situação evidenciada por Corrêa, (1992), referente a década de 1960.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propõe-se que há uma relativa distribuição da hierarquia urbana no território alagoano, sendo que Maceió e sua Região Metropolitana está no topo da hierarquia e bem à frente dos demais no que se refere à demografia, oferta de serviços, equipamentos, entre outros. A mesma vem se desenvolvendo como centro econômico do estado tradicionalmente concentradora da renda e população de Alagoas e se destaca no setor de serviços, porém sem dinâmica suficiente para absorver o grande contingente de trabalhadores que migram

para a cidade, devido a crise na produção sucroalcooleira e às secas no semiárido entre outras questões que envolvem o Sertão, tal como referente às questões fundiárias.

Esse é um processo de consolidação da capital no cenário urbano alagoano idêntica as demais capitais de estados do Nordeste brasileiro, onde se concentram a maior parte da população, equipamentos, serviços, etc.

Já Arapiraca no Agreste é seguida por Palmeira dos Índios, localizada também no Agreste e Santana do Ipanema no Sertão. A importância de Arapiraca no centro geográfico do estado é uma mudança no cenário urbano estadual que a torna um importante polo de serviços e comércio. A permanência da importância de Palmeira dos Índios no Agreste e de Santana do Ipanema no Sertão demonstra que apesar da diminuição do valor das mesmas continuam figurando como polos importantes.

A ascendência de Delmiro Gouveia no Sertão, como um dos municípios classificados como polo de importância, ocorre mesmo não concentrando atividades agrícolas e pecuária de destaque, mas porque tem renda proveniente dos royalties da Chesf e é um polo de serviços com o campus da UFAL do Sertão, de bancos, de um comércio que influencia localidade próximas, dos municípios de Inhapi, Canapi, Água Branca, Pariconha, Mata Grande, sendo um polo crescente de comércio e serviços.

Vale salientar, que essa hierarquia não é rígida e os avanços ocorridos nas redes de transporte e comunicações repercutem na redefinição dessa hierarquia num futuro próximo.

Buscando classificar o que há de novo no interior de Alagoas podemos elencar a interiorização do ensino superior através da UFAL – Universidade Federal de Alagoas, UNEAL – Universidade Estadual de Alagoas, IFAL – Instituto Federal de Alagoas e, instituições de ensino privadas.

O Canal do Sertão é um novo equipamento importante que promoverá a condução de água desde Delmiro Gouveia até Arapiraca, cruzando municípios do Sertão e do Agreste e apesar do ainda incipiente aproveitamento para irrigação traz uma nova esperança para aqueles cidadãos.

A pavimentação de rodovias, a hidrelétrica de Xingó inaugurada na década de 1980, também pode considerada como algo de novo no sertão.

Porém, ao que tudo indica o quadro de desigualdade sócio espacial permanece em Alagoas, aonde a urbanização do presente tem essa marca histórica da pobreza, aonde as dinâmicas econômicas do presente geram novas desigualdades, gerando um debate necessário.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manoel Corrêa de. **A questão do Território no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1995.



Volume Especial da Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral/CE, em parceria com o III Seminário Regional Comércio, Consumo e Cultura nas Cidades, v. 20, n. 1, p. 104-119, Mai. 2018 <http://uvanet.br/rcgs>. ISSN 2316-8056 © 1999, Universidade Estadual Vale do Acaraú. Todos os direitos reservados.

ARAÚJO, Anderson Henrique dos S.; GOMES, Fábio G.; SANTOS FILHO, José Emílio dos. Composição financeira dos municípios alagoanos com ênfase na lei de responsabilidade fiscal 1999/2010. **Revista Economia Política do Desenvolvimento** (online), Maceió, v. 6, n. 17, p. 65-84, maio/ago. 2013.

ARAÚJO, Kássia Karina Silva de.; SILVA, Paulo Rogério de Freitas. **Relatório Final PIBIC/UFAL 2013-2014**. A COMPLEXIDADE GENÉTICA DO URBANO EM ALAGOAS: o mar e o rio como rotas de domínio territorial do Nordeste Brasileiro.

ASSIS, José Santino de; ALVES, Andreia Luiza; NASCIMENTO, Melchior Carlos do (Orgs.). Governo do Estado de Alagoas. **Atlas Escolar de Alagoas** – Espaço Geo-Histórico e Cultural. Maceió: 2007.

CARVALHO, Cícero Pérciles de. **Formação Histórica de Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2015.

_____. **Economia Popular**: uma via de modernização para Alagoas. 6. ed. Maceió: EDUFAL, 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

_____. A vida urbana em Alagoas: a importância dos meios de transporte na sua evolução. **Revista Terra Livre**, São Paulo, n. 10. jan./jun. 1992.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Porto Alegre: L&PM, 2016.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.

GOMES, Gustavo Maia. **Velhas Secas em Novos Sertões**: continuidade e mudanças na economia do semiárido e dos cerrados nordestinos. Brasília: IPEA, 2001.

LINDOSO, Dirceu. **Formação de Alagoas Boreal**. Maceió: Catavento, 2000.

MACEDO, Jozé Norberto. **Fazendas de Gado no Vale do São Francisco**. Serviço de Informação Agrícola 1952 Livros Raros Brochura.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Diretoria de Geociências Coordenação de Geografia. **Regiões de Influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

REGO, Luiz Flores de Moraes. **O Valle do São Francisco** – Ensaio de Monographia Geographica, Edição da Sociedade Capistrano de Abreu, 1936.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução Urbana do Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1968.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, Paulo Rogério de Freitas. A regionalização como expressão do livre arbítrio nas institucionalizações das regiões metropolitanas do estado de Alagoas. **Revista de Geografia (Recife)**, V. 34, No. 2, 2017.

SILVA, Aline Neves.; SILVA, Paulo Rogério de Freitas. **Relatório Final PIBIC/UFAL 2015-2016**. A institucionalização das regiões metropolitanas das Alagoas: o desafio do planejamento regional - A institucionalização das regiões metropolitanas das Alagoas.